

POD analisa proposta do Estado sobre novo modelo de pedágio

Cascavel - O POD (Programa Oeste em Desenvolvimento) reuniu nesta semana sua mesa diretora e Câmara Técnica de Infraestrutura e Logística, além outras entidades, para apresentar informações sobre a proposta do governo do Estado em relação às concessões de pedágio no Paraná.

Desde o início dos debates, o POD luta por um modelo mais justo e menos oneroso, considerando que o Paraná sofreu com os altos preços nas últimas décadas. A luta uniu a região oeste e reflete a vontade popular, além do setor produtivo que atinge toda a base econômica regional.

O modelo é uma contraproposta apresentada pelo governo federal. O fim da outorga onerosa e a licitação pelo menor preço já são conquistas garantidas pelo POD, que congrega entidades e setores que também lutam por um modelo mais justo para o usuário. A discussão agora está em torno da redução do aporte financeiro das concessionárias nos trechos a serem licitados e a redução do degraú tarifário depois que as duplicações estiverem devidamente concluídas.

O presidente do POD, Rainer

Zielasko, lembra que o primeiro modelo que foi apresentado no começo de 2021 pelo Ministério da Infraestrutura e Logística apresentava condições extremamente desfavoráveis, com pagamento de outorga onerosa e desconto limitado em 17%. “O Programa Oeste em Desenvolvimento rapidamente mobilizou a sociedade e entidades para que a situação fosse debatida e o modelo alterado, evitando que o Estado novamente fosse penalizado. Essa luta contou com importante apoio das entidades, de lideranças regionais, da imprensa, que permitiu a visibilidade e a coerência dos argumentos técnicos, e a população, que reconheceu a representatividade do movimento em prol do nosso Estado”, afirmou Rainer.

O presidente ressalta a unidade dos setores e de lideranças sobre o tema. “Ciente e sensível aos dados e preocupações que demonstramos, o Governador empenhou-se em construir esse modelo apresentado hoje para as entidades e que será também avaliado pelo POD, diante da informação que retira o pagamento da outorga onerosa, com licitação sem limite de desconto e que haverá um aporte financeiro em uma conta vinculada

ao lote, isso como forma de garantia da execução das obras”, conta Rainer, afirmando ainda que, em sendo executadas as obras conforme previsto em contrato, o dinheiro ficará disponível para ser utilizado na redução das tarifas de pedágio ou execução de obras não previstas inicialmente.

CONQUISTAS

Para ele, o Programa Oeste em Desenvolvimento já avançou muito em relação ao modelo apresentado inicialmente pelo governo federal. Rainer destaca que, sem essa mobilização e luta, o Paraná certamente teria durante décadas mais capital escorrendo de sua economia e estaria novamente por uma luta pela competitividade em seus mais diversos setores.

O próximo passo agora é analisar criteriosamente a proposta apresentada para que os demais anseios possam também integrar a nova proposta. Essa experiência reafirma o propósito, o objetivo de existir do POD enquanto programa de governança regional, que é representar e defender os anseios de usuários, entidades, lideranças que compõem o setor produtivo do oeste do Paraná.

Justiça determina indisponibilidade de R\$ 139 mil de ex-prefeito e ex-secretária

Guaraniaçu - Atendendo pedido formulado pelo Ministério Público do Paraná, a Justiça determinou liminarmente a indisponibilidade de bens, em R\$ 139.153,74, do ex-prefeito Juraci Ronaldo Cazella e da ex-secretária municipal de Agricultura de Guaraniaçu. Ambos ocuparam os cargos na gestão 2013-2016 e são requeridos em ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pela Promotoria de Justiça da comarca.

De acordo com a ação, os gestores públicos foram responsáveis pela emissão de vales-combustível distribuídos a particulares. Informa o Ministério Público na petição inicial: “Os representados distribuíram vales com ordens de compra de combustíveis, óleo diesel e gasolina, destinados a beneficiar particulares, especialmente particulares que compunham o grupo bastante conhecido à época, que se intitulava como Cavalgada”. Também foram

emitidas outras ordens de compra de combustíveis para finalidades particulares não relacionadas ao interesse público e destinadas ao abastecimento de veículos não pertencentes à frota municipal.

Além do pedido liminar de indisponibilidade de bens, a Promotoria de Justiça requer, na análise do mérito da ação, a condenação dos réus às sanções

previstas na Lei de Improbidade, como suspensão dos direitos políticos, ressarcimento integral do dano causado ao erário (calculado em R\$ 46.384,58 em valores atualizados até março deste ano) e pagamento de multa. O bloqueio de bens busca garantir, em caso de condenação, o ressarcimento do montante utilizado irregularmente e o pagamento da multa cabível.

Informe da redação

editoria e colaboradores

Fim dos “supersalários”

A Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, nessa terça (13), o Projeto de Lei 6726/16, que regulamenta o fim dos chamados supersalários no funcionalismo público. Na prática, a proposta cria regras que travam os penduricalhos - subsídios que não são considerados no abate-teto -, fazendo valer, assim, a aplicação do teto remuneratório constitucional. O atual limite para a remuneração de servidores federais está em R\$ 39.293,32, o salário de um ministro do STF. “Ouvimos 100% das entidades públicas do Brasil. Todos que pediram foram recebidos, diversas audiências públicas foram realizadas”, afirmou o relator da proposta na Casa, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR). “Colocamos travas para vários auxílios, para aqueles que têm, nesse período, usado de uma forma inadequado. Isso serve para todos, a começar pelo presidente da República”.

Para todos

A medida se aplica a agentes públicos de todas as esferas de governo (federal, estadual, distrital e municipal) e a todas as esferas de Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público, a Defensoria Pública, contratados temporários, empregados e dirigentes de empresas públicas que recebem recursos dos governos para pagar salários e custeio, militares e policiais militares, aposentados e pensionistas.

Demora

Mas, da aprovação do PL ao fim dos supersalários ainda vai demorar. Isso porque, embora o PL já havia sido aprovado no Senado e seu relatório na Câmara estava pronto desde 2018, por ter sido alterado, volta para apreciação dos senadores.

“Baixem a bola”

O vice-presidente Hamilton Mourão avalia que uma reunião entre os chefes dos três Poderes será uma boa oportunidade. A ideia do encontro partiu do presidente do STF, Luiz Fux, depois de uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro na segunda (12). “Acho que é bom que sentem e conversem, baixem a bola e baixem o tom, que é o melhor para nação como um todo. Temos aí essa pandemia sendo enfrentada. Os índices [da covid] estão caindo graças à vacinação. Vamos melhorar e para melhorar é preciso que todo o mundo se entenda”, sacramentou.

Adolescentes

Por falar em vacinação, em reunião virtual do Fórum Nacional de Governadores, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informou que o PNI (Programa Nacional de Imunizações) vai estudar e definir nota técnica única sobre o início da imunização de adolescentes, de 12 a 17 anos, em todo o País. Atualmente, apenas o medicamento da Pfizer foi liberado pela Anvisa para ser aplicado nessa faixa etária.

De volta


O ex-governador Beto Richa ensaia a volta ao cenário político paranaense. No Centro Cívico, a aposta é de que o ex-governador se candidate a deputado federal ano que vem. A presença de Richa no evento público para filiados do PSDB, com Eduardo Leite e principais líderes do partido no Estado, foi mais uma sinalização de que o tucano está de volta.

Req no PT?


Por falar em ex-governador... O ex-senador Roberto Requião anda magoado (e inconformado) com a aproximação do MDB com o Governo Ratinho Jr e ensaia deixar o partido com “dor no coração”. Na Assembleia, comentam que a boa relação de Requião Filho (MDB) e Tadeu Veneri (PT) pode significar uma possível ida de pai e filho para o Partido dos Trabalhadores. Bob Req é cotado para disputar uma cadeira na Câmara Federal e o filho Maurício, à reeleição na Alep.

Outro ex

Já o ex-governador Orlando Pessuti vai disputar uma cadeira da Assembleia Legislativa ano que vem, diz o Portal Boca Mal-dita. Pessutão já exerceu quatro mandatos e em 2002 deixou o mandato para concorrer como vice-governador, sendo eleito duas vezes na chapa de Roberto Requião. Só que também estaria de malas prontas para desembarcar do MDB.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 745/2021 – HUOP/UNIOESTE.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de reagentes e materiais diversos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 200.304,70. **Recebimento das propostas:** Das 9:00h do dia 14/07/2021 até às 09:00h do dia 28/07/2021. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 28/07/2021, 09:00h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 610/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de algodão hidrófilo, atadura de crepe, gessada e ortopédica, campo operatório, compressa de gaze, curativo algodado, malha tubular e toalha descartável para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 1.589.942,48. **Recebimento das propostas:** Das 9:00h do dia 14/07/2021 até às 09:00h do dia 27/07/2021. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 27/07/2021, 09:00h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 13/07/2021.